

**ANTONIO CARLOS MARCATO
MIRNA CIANCI
NELTON AGNALDO MORAES DOS SANTOS**

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL APLICADO



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

- Fechamento desta edição: 22.12.2022

- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

- Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2023 by

Editora Atlas Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

- Capa: Fabricio Vale

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Marcato, Antonio Carlos

Curso de direito processual civil aplicado / Antonio Carlos Marcato, Mirna Cianci, Nelton Agnaldo Moraes dos Santos. – 1. ed. – Barueri [SP]: Atlas, 2023.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5977-386-2

1. Direito processual civil – Brasil. 2. Processo civil – Brasil. I. Cianci, Mima. II. Santos, Nelton Agnaldo Moraes dos. III. Título.



22-80283

CDU: 347.9(81)

Gabriela Faray Ferreira Lopes – Bibliotecária – CRB-7/6643

Sumário

Capítulo 1 – Das Normas Processuais Cíveis	1
1.1. Das normas fundamentais	1
1.1.1. Princípios.....	2
1.1.1.1. Princípio da demanda	2
1.1.1.2. Princípio do acesso à justiça	3
1.1.1.3. Princípio da razoável duração do processo	6
1.1.1.4. Princípio da boa-fé.....	11
1.1.1.5. Princípio da cooperação.....	12
1.1.1.6. Princípio da igualdade processual e do contraditório.....	13
1.1.1.7. Princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum, da proporcionalidade, da razoabilidade, da legalidade, da publicidade e da eficiência.....	14
1.1.1.8. Princípio da cronologia	16
1.1.1.9. Princípio do devido processo legal	18
1.1.1.10. Princípio da economia processual	19
1.1.1.11. Princípio do juiz natural.....	19
1.2. Da aplicação das normas processuais. Regência	20
1.2.1. Direito intertemporal.....	21
1.2.2. Aplicação subsidiária e supletiva do Código de Processo Civil	21
Capítulo 2 – Da Função Jurisdicional.....	23
2.1. Da jurisdição.....	23
2.1.1. Conceito e natureza jurídica	23
2.1.2. Características da jurisdição	25
2.1.3. Jurisdição civil.....	26
2.1.3.1. Espécies de jurisdições civis.....	26
2.1.4. Jurisdição e competência.....	27
2.1.5. Características da jurisdição voluntária	28
2.2. Ação	29
2.2.1. Conceito e natureza jurídica	29
2.2.2. Teoria imanentista ou civilista.....	29
2.2.3. A teoria concretista	29
2.2.4. A teoria abstratista.....	30
2.2.5. Teoria eclética.....	31
2.2.6. Teoria da asserção.....	31
2.2.7. Condições da ação.....	32
2.2.7.1. Interesse de agir	35
2.2.7.2. Legitimidade das partes.....	36

2.2.8.	Elementos da ação	40
2.2.8.1.	Partes.....	40
2.2.8.2.	Causa de pedir	41
2.2.8.3.	Pedido	41
2.2.9.	Pressupostos processuais	44
2.2.9.1.	Pressupostos processuais subjetivos	45
2.2.9.2.	Pressupostos processuais objetivos	45
2.2.9.3.	Perempção, litispendência e coisa julgada	46
2.2.9.4.	Convenção de arbitragem e reconhecimento da competência arbitral..	47
2.3.	Dos limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional	48
2.3.1.	Dos limites da jurisdição nacional	48
2.3.2.	Da cooperação internacional.....	50
2.3.2.1.	Auxílio direto.....	51
2.3.2.2.	Carta rogatória.....	52
2.3.2.3.	Disposições comuns.....	52
2.4.	Da competência interna	53
2.4.1.	Da competência interna. Disposições gerais	53
2.4.2.	União	54
2.4.3.	Estado ou Distrito Federal.....	55
2.4.4.	Direito pessoal ou real sobre imóveis	56
2.4.5.	Execução fiscal	57
2.4.6.	Direito real sobre imóveis.....	57
2.4.7.	Foro de sucessão	57
2.4.8.	Demais competências	58
2.4.9.	Da modificação de competência.....	58
2.4.9.1.	Conexão.....	59
2.4.9.2.	Continência.....	60
2.4.9.3.	Ação acessória.....	61
2.4.9.4.	Modificação negocial de competência	61
2.4.10.	Da incompetência.....	61
2.4.11.	Conflito de competência.....	62
2.4.12.	Da cooperação nacional. Generalidades	63
Capítulo 3 – Dos Sujeitos do Processo.....		65
3.1.	Das partes e dos procuradores	65
3.1.1.	Da capacidade processual.....	65
3.1.1.1.	Representação e assistência. Curador.....	67
3.1.1.2.	Cônjuge.....	68
3.1.1.3.	Representação em juízo.....	69
3.1.1.4.	Regime de suprimento.....	70
3.1.2.	Dos deveres da parte, dos procuradores e dos participantes do processo.....	70
3.1.2.1.	Dever de urbanidade	74
3.1.2.2.	Da responsabilidade das partes por dano processual.....	74
3.1.2.2.1.	Litigância de má-fé	75
3.1.2.3.	Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas. Das despesas.....	77
3.1.2.3.1.	Honorários. Generalidades.....	80
3.1.2.3.2.	Honorários no cumprimento de sentença e execução ...	82
3.1.2.3.3.	Parâmetros	83
3.1.2.3.4.	Fazenda Pública.....	85

3.1.2.3.5.	Ato ilícito.....	87
3.1.2.3.6.	Honorários recursais	88
3.1.2.3.7.	Titularidade e verba alimentar	89
3.1.2.3.8.	Sociedade de advogados.....	91
3.1.2.3.9.	Causa própria	91
3.1.2.3.10.	Omissão na fixação da verba honorária.....	91
3.1.2.3.11.	Advogado público	92
3.1.2.3.12.	Sucumbência recíproca	92
3.1.2.3.13.	Desistência, renúncia ou reconhecimento do pedido....	94
3.1.2.3.14.	Repropositura	96
3.1.2.3.15.	Assistente.....	96
3.1.2.3.16.	Juros	96
3.1.2.3.17.	Caução	97
3.1.2.4.	Da gratuidade da justiça. Generalidades.....	97
3.1.2.4.1.	Beneficiários	97
3.1.2.4.2.	Abrangência	98
3.1.2.4.3.	Exclusões	99
3.1.2.4.4.	Procedimento	99
3.1.2.4.5.	Impugnação	102
3.1.2.4.6.	Recurso.....	102
3.1.3.	Dos procuradores. Generalidades.....	103
3.1.4.	Sucessão das partes.....	105
3.1.5.	Sucessão dos procuradores.....	105
3.2.	Do litisconsórcio	106
3.2.1.	Generalidades	106
3.2.2.	Classificação	106
3.3.	Intervenção de terceiros.....	112
3.3.1.	Partes e terceiros.....	112
3.3.1.1.	Da assistência.....	114
3.3.1.2.	Intervenção anômala	119
3.3.1.3.	Da denunciação da lide	120
3.3.1.4.	Chamamento ao processo.....	124
3.3.1.5.	Incidente de desconsideração de personalidade jurídica (<i>disregard of legal entity doctrine</i>)	126
3.3.1.6.	<i>Amicus curiae</i>	130
3.4.	Do juiz e dos auxiliares da justiça	134
3.4.1.	Dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do Juiz. Condutas do juiz.....	134
3.4.1.1.	Indeclinabilidade da jurisdição	141
3.4.1.2.	Limites	141
3.4.1.3.	Processo simulado.....	142
3.4.1.4.	Responsabilidade civil	142
3.4.1.5.	Dos impedimentos e da suspeição	143
3.4.1.6.	Dos auxiliares da justiça	147
3.4.1.7.	Do ofício de justiça e dos Oficiais de Justiça	147
3.4.1.8.	Do perito	148
3.4.1.9.	Do depositário e do administrador	148
3.4.1.10.	Do intérprete e do tradutor.....	149
3.4.1.11.	Dos conciliadores e mediadores judiciais	150
3.4.1.12.	Responsabilidade civil dos auxiliares de justiça	151
3.5.	Do Ministério Público.....	153

3.6.	Da Advocacia Pública.....	158
3.7.	Da Defensoria Pública.....	160
3.7.1.	Seções comuns.....	163
3.7.1.1.	Prazo e intimação pessoal.....	163
3.7.1.2.	Responsabilidade civil.....	164
Capítulo 4 – Dos Atos Processuais		167
4.1.	Da forma, do tempo e do lugar dos atos processuais.....	167
4.1.1.	Da forma dos atos processuais.....	167
4.1.1.1.	Dos atos em geral.....	167
4.1.1.2.	Princípio da liberdade das formas.....	168
4.1.1.3.	Princípio da publicidade.....	168
4.1.1.4.	Negócio processual.....	169
4.1.1.5.	Língua portuguesa.....	173
4.1.1.6.	Da prática eletrônica de atos processuais.....	173
4.1.1.7.	Dos atos das partes. Eficácia.....	175
4.1.1.8.	Dos pronunciamentos do juiz. Generalidades.....	176
4.1.1.8.1.	Sentença.....	176
4.1.1.8.2.	Decisão interlocutória.....	176
4.1.1.8.3.	Despachos.....	177
4.1.1.8.4.	Atos ordinatórios.....	177
4.1.1.8.5.	Acórdão.....	177
4.1.2.	Do tempo e lugar dos atos processuais.....	178
4.1.2.1.	A razoável duração do processo e o tempo dos atos processuais.....	178
4.1.2.2.	Dias úteis, feriados e férias forenses.....	179
4.1.2.3.	Horário dos atos processuais.....	180
4.1.2.4.	O lugar dos atos processuais.....	180
4.1.3.	Dos prazos processuais.....	181
4.1.3.1.	Espécies.....	181
4.1.3.2.	Termo inicial e termo final do prazo.....	184
4.1.3.3.	Conceito de tempestividade.....	185
4.1.3.4.	Preclusão temporal.....	192
4.1.3.4.1.	Preclusão e direitos indisponíveis.....	193
4.1.3.4.2.	Preclusão e matérias de ordem pública.....	193
4.1.3.4.3.	Preclusão e prazos dilatatórios.....	194
4.1.3.5.	Justa causa.....	194
4.1.3.6.	Renúncia ao prazo.....	195
4.1.3.7.	Prazos para o juiz.....	196
4.1.3.8.	Prazos para os serventuários.....	197
4.1.3.8.1.	Verificação dos prazos e penalidades. Descumprimento por serventuário.....	198
4.1.3.8.2.	Descumprimento por advogado, defensor público ou membro do Ministério Público.....	199
4.1.3.8.3.	Descumprimento pelo juiz ou relator.....	200
4.2.	Da comunicação dos atos processuais.....	200
4.2.1.	Disposições gerais.....	200
4.2.2.	Comunicação dos atos processuais.....	201
4.2.3.	Citação. Considerações.....	201
4.2.3.1.	A citação por meio eletrônico.....	201
4.2.3.2.	A citação como pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo.....	202

4.2.3.3.	Momento da citação	203
4.2.3.4.	Comparecimento espontâneo do sujeito passivo.....	203
4.2.3.5.	A citação como ato de integração litisconsorcial.....	203
4.2.3.6.	Efeitos. Competência do órgão jurisdicional	204
4.2.3.6.1.	Prevenção da competência.....	205
4.2.3.6.2.	Constituição em mora	206
4.2.3.6.3.	Interrupção da prescrição	207
4.2.3.6.4.	Litispêndência	208
4.2.3.6.5.	Litigiosidade	209
4.2.3.7.	Trânsito em julgado da sentença e intimação do réu	209
4.2.3.8.	Citação pessoal	209
4.2.3.9.	As pessoas incapazes.....	211
4.2.3.9.1.	Citando mentalmente incapaz ou impossibilitado de receber a citação	212
4.2.3.10.	As inovações trazidas pelo Código de Processo Civil no tocante à citação	213
4.2.3.11.	As formas de citação	213
4.2.3.12.	A preferência legal à citação postal.....	214
4.2.3.13.	Ações de estado	214
4.2.3.14.	Pessoa jurídica de direito público	215
4.2.4.	Dos atos de cooperação. Cartas de ordem, precatória e rogatória. Carta arbitral...	215
4.2.5.	Intimação.....	216
4.3.	Das nulidades	217
4.3.1.	Generalidades	217
4.3.2.	Invalidades processuais.....	217
Capítulo 5 – Da Tutela Provisória		221
5.1.	Tutela antecipada satisfativa e cautelar de urgência	221
5.1.1.	Tutela provisória – Novo sistema	221
5.1.2.	Fungibilidade da tutela provisória – Satisfativa e cautelar	222
5.1.3.	Tutela provisória de urgência – Requisitos	223
5.1.4.	Concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública	224
5.1.5.	Tutela cautelar	225
5.1.6.	Eficácia (pendência e suspensão do processo)	227
5.1.7.	Medidas de efetivação e procedimento. Responsabilidade civil.....	228
5.1.8.	Recurso cabível	231
5.1.9.	Rito e estabilização da tutela antecipada antecedente.....	231
5.1.10.	Rito da tutela antecipada cautelar.....	239
5.2.	Tutela de evidência.....	240
Capítulo 6 – Da Formação, Suspensão e Extinção do Processo.....		243
6.1.	Formação do processo.....	243
6.2.	Suspensão do processo	246
6.3.	Extinção do processo.....	253
Capítulo 7 – Do Processo de Conhecimento e do Cumprimento de Sentença.....		255
7.1.	Procedimento comum.....	256
7.1.1.	Disposições gerais.....	256
7.1.2.	Da petição inicial.....	257
7.1.2.1.	Emenda ou complementação. Sanabilidade	260

7.1.2.2.	Do indeferimento da petição inicial.....	261
7.1.3.	Da improcedência liminar do pedido.....	263
7.1.4.	Da audiência de conciliação ou de mediação	265
7.1.5.	Da contestação	266
7.1.5.1.	Prazo	267
7.1.5.2.	Conteúdo.....	268
7.1.5.3.	A nomeação à autoria.....	273
7.1.5.4.	A incompetência relativa como fundamento de contestação.....	274
7.1.5.5.	Distribuição da contestação.....	275
7.1.5.6.	O ônus da impugnação especificada.....	275
7.1.5.7.	Da revelia.....	277
7.1.6.	Da reconvenção	279
7.1.7.	Das providências preliminares e saneamento. Do fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.....	280
7.1.7.1.	Do saneamento e da organização do processo.....	281
7.1.8.	Do julgamento conforme o estado do processo. Da extinção do processo	282
7.1.8.1.	Julgamento antecipado de mérito	282
7.1.8.2.	Julgamento antecipado parcial de mérito	283
7.1.9.	A fase instrutória	284
7.1.9.1.	A audiência de instrução e julgamento	285
7.1.9.1.1.	A ordem de produção das provas orais.....	294
7.1.9.1.2.	Os debates	296
7.1.9.1.3.	O termo de audiência	298
7.1.10.	Das provas. Teoria geral.....	299
7.1.10.1.	Conceito	301
7.1.10.2.	Prova emprestada.....	301
7.1.10.3.	Presunção legal	302
7.1.10.4.	Ônus da prova.....	303
7.1.10.5.	Negócio processual probatório.....	310
7.1.10.6.	Da produção antecipada da prova como medida autônoma.....	310
7.1.10.7.	Meios de prova	312
7.1.10.7.1.	Ata notarial	313
7.1.10.7.2.	Depoimento pessoal	313
7.1.10.7.3.	Confissão	315
7.1.10.7.4.	Exibição de documento.....	317
7.1.10.7.5.	Prova documental	319
7.1.10.7.6.	Documento eletrônico.....	326
7.1.10.7.7.	Prova testemunhal	326
7.1.10.7.8.	Prova pericial.....	331
7.1.10.7.9.	Inspeção judicial.....	334
7.1.11.	Da sentença	334
7.1.11.1.	Disposições gerais	334
7.1.11.2.	Espécies	335
7.1.11.3.	Princípio da primazia do pronunciamento de mérito	345
7.1.11.4.	Sentenças terminativas e sentenças definitivas	346
7.1.11.4.1.	Pronunciamentos terminativos.....	347
7.1.11.4.2.	Pronunciamentos de mérito	357
7.1.11.5.	Elementos essenciais (ou estruturais) da sentença. Generalidades	361
7.1.11.5.1.	Relatório	362
7.1.11.5.2.	Fundamentação.....	363

7.1.11.5.3.	Dispositivo	368
7.1.11.6.	O mérito da causa	369
7.1.11.7.	O princípio da congruência ou da correlação	370
7.1.11.7.1.	Espécies de ofensa à congruência	371
7.1.11.7.2.	Decisão certa e relação jurídica condicional	373
7.1.11.7.3.	Fato superveniente e julgamento	374
7.1.11.7.4.	A publicação da sentença e a alteração	377
7.1.11.8.	Hipoteca judiciária.....	378
7.1.11.9.	Remessa necessária	381
7.1.11.10.	Tutela específica nas ações relativas às prestações de fazer ou de não fazer.....	390
7.1.11.10.1.	A imposição de multa.....	392
7.1.11.10.2.	Tutela inibitória	392
7.1.11.10.3.	Tutela específica na ação para entrega de coisa.....	393
7.1.11.10.4.	Tutela reparatória	394
7.1.11.10.5.	Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade	395
7.1.11.11.	Da coisa julgada.....	396
7.1.11.11.1.	Limites objetivos da coisa julgada.....	397
7.1.11.11.2.	Limites subjetivos da coisa julgada	404
7.1.11.11.3.	Preclusão	407
7.1.11.11.4.	Termo da coisa julgada.....	410
7.1.12.	Da liquidação de sentença.....	412
7.1.12.1.	Espécies	413
7.1.12.2.	Honorários	415
7.1.12.3.	Recurso	415
7.2.	Do cumprimento de sentença	416
7.2.1.	Disposições gerais.....	416
7.2.2.	Títulos executivos judiciais	422
7.2.3.	Do cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa. Provisoriedade	426
7.2.4.	Do cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade da obrigação de pagar quantia certa.....	432
7.2.5.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade da obrigação de prestar alimentos	441
7.2.6.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública	445
7.2.7.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer, de não fazer ou entregar coisa	446
7.2.7.1.	Do cumprimento de sentença de deveres de fazer e não fazer	447
7.2.7.2.	Do cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa.....	448
7.3.	Procedimentos especiais	448
7.3.1.	Generalidades e características.....	448
7.3.2.	Os procedimentos especiais no Código de Processo Civil.....	451
7.3.3.	Outras espécies. Depósito extrajudicial e hipóteses de cabimento	453
7.3.4.	A ação de consignação em pagamento. Extinção da obrigação pela via judicial ...	456
7.3.4.1.	Ação de consignação em pagamento fundada na dúvida quanto à titularidade do crédito	464
7.3.4.2.	Enfiteuse civil e enfiteuse administrativa: resgate do aforamento	465
7.3.5.	A ação de exigir contas	466

7.3.6.	Ações possessórias.....	470
7.3.6.1.	As ações de manutenção e reintegração de posse. Generalidades.....	477
7.3.6.2.	O interdito proibitório. Generalidades.....	481
7.3.7.	Ação de divisão e ação de demarcação de terras particulares. Generalidades.....	481
7.3.7.1.	Ação demarcatória	486
7.3.7.2.	Ação divisória	489
7.3.8.	Ação de dissolução parcial de sociedade. Generalidades.....	492
7.3.8.1.	As hipóteses de dissolução parcial da sociedade.....	496
7.3.8.2.	Procedimento	497
7.3.9.	Inventário e partilha. Generalidades.....	499
7.3.9.1.	Inventário. Generalidades	500
7.3.9.2.	Partilha	503
7.3.9.3.	Arrolamento.....	510
7.3.9.4.	Sobrepilha	513
7.3.10.	Embargos de terceiro. Responsabilidade patrimonial.....	514
7.3.11.	Oposição. Natureza jurídica.....	520
7.3.12.	Habilitação.....	525
7.3.13.	Ações de família. A família nas Constituições brasileiras.....	528
7.3.14.	Ação monitória. Generalidades	534
7.3.15.	Homologação do penhor legal. Generalidades.....	549
7.3.16.	Regulação de avaria grossa. Generalidades.....	552
7.3.17.	Restauração de autos. Generalidades.....	556
7.3.18.	A jurisdição voluntária	559
7.3.18.1.	Emancipação.....	564
7.3.18.2.	Sub-rogação	564
7.3.18.3.	Alienação, arrendamento ou oneração de bens de crianças ou adolescentes, de órfãos e de interditos.....	565
7.3.18.4.	Alienação, locação e administração da coisa comum	565
7.3.18.5.	Alienação de quinhão em coisa comum	566
7.3.18.6.	Extinção de usufruto e de fideicomisso.....	566
7.3.18.7.	Outras hipóteses.....	568
7.3.18.8.	Notificação e interpelação.....	568
7.3.18.9.	Alienação judicial.....	571
7.3.18.10.	Divórcio e separação consensuais.....	574
7.3.18.11.	União estável.....	577
7.3.18.12.	Separção, divórcio e extinção da união estável pela via administrativa.....	580
7.3.18.13.	Regime de bens entre cônjuges.....	580
7.3.18.14.	Testamentos e codicilos. Conceito de testamento	591
7.3.18.14.1.	O testamentário	595
7.3.18.15.	Herança jacente, conceito	598
7.3.18.16.	Bens dos ausente. Ausência civil. Conceito	603
7.3.18.17.	Coisas vagas. Conceito de descoberta	607
7.3.18.18.	Interdição. Conceito	609
7.3.18.19.	Tutela e curatela.....	622
7.3.18.19.1.	Tutela	622
7.3.18.19.2.	Curatela	622
7.3.18.20.	Fiscalização das fundações. Conceito de fundação.	622
7.3.18.21.	Ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo.....	625

Capítulo 8 – Processo de Execução	629
8.1. Da execução em geral.....	629
8.1.1. Disposições gerais.....	629
8.1.2. Das partes na execução.....	633
8.1.3. Da competência.....	636
8.1.4. Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução. Do título executivo.....	637
8.1.4.1. Dos requisitos do título executivo.....	645
8.1.4.2. Dos títulos executivos.....	648
8.1.4.3. Responsabilidade objetiva pelo fato da execução.....	650
8.1.5. Da responsabilidade patrimonial. Generalidades.....	651
8.1.5.1. Sujeitos da responsabilidade patrimonial.....	653
8.1.5.2. Bens com alienação ou gravação com ônus real. Reconhecimento em ação autônoma. Fraude contra credores.....	655
8.1.5.3. Do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	655
8.1.5.4. Bem imóvel sob regime de superfície.....	657
8.1.5.5. Fraude à execução. Tipologia.....	658
8.1.5.6. Direito de retenção.....	663
8.1.5.7. Benefício de ordem.....	663
8.1.5.8. Responsabilidade do espólio.....	664
8.2. Das diversas espécies de execução.....	664
8.2.1. Disposições gerais.....	664
8.2.2. Da execução para entrega de coisa.....	670
8.2.2.1. Entrega de coisa certa.....	670
8.2.2.2. Entrega de coisa incerta.....	672
8.2.3. Da execução das obrigações de fazer ou não fazer.....	673
8.2.3.1. Disposições comuns.....	673
8.2.3.2. Obrigação de fazer.....	674
8.2.3.3. Obrigação de não fazer.....	675
8.2.4. Da execução por quantia certa.....	675
8.2.4.1. Generalidades.....	675
8.2.4.2. Execução – Despacho inicial. Providências iniciais.....	676
8.2.4.3. A averbação da distribuição da execução e o direito de preferência..	676
8.2.4.3.1. Averbação e fraude à execução.....	679
8.2.4.4. Citação.....	681
8.2.4.5. Da penhora, do depósito e da avaliação. Do objeto da penhora.....	682
8.2.4.5.1. Adequação da penhora à soma buscada na execução....	683
8.2.4.5.2. Impenhorabilidade.....	683
8.2.4.5.2.1. Impenhorabilidade relativa.....	688
8.2.4.5.3. Ordem de preferência.....	688
8.2.4.5.4. Ineficácia da penhora.....	690
8.2.4.5.5. Documentação da penhora, registro e depósito.....	690
8.2.4.5.6. Modificações de penhora.....	693
8.2.4.5.7. Alienação antecipada dos bens penhorados.....	697
8.2.4.5.8. Penhora <i>on-line</i>	697
8.2.4.5.9. Penhora de créditos.....	701
8.2.4.5.10. Penhora de quotas ou ações de sociedades personificadas.....	702
8.2.4.5.11. Penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	702

	8.2.4.5.12. Penhora de percentual de faturamento de empresa	703
	8.2.4.5.13. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel	704
	8.2.4.5.14. Avaliação	705
8.2.4.6.	Da expropriação	706
	8.2.4.6.1. Adjudicação de bens	708
	8.2.4.6.2. Alienação por iniciativa particular	710
	8.2.4.6.3. Arrematação: conceito, natureza jurídica e efeitos	712
	8.2.4.6.3.1. Preço vil	716
	8.2.4.6.3.2. Pagamento. Arrematante	717
	8.2.4.6.3.3. Parcelamento	717
	8.2.4.6.3.4. Remissão	718
	8.2.4.6.3.5. Falta de pagamento do preço	719
	8.2.4.6.3.6. Formalização da arrematação	719
	8.2.4.6.3.7. Arrematação – Anulação	720
	8.2.4.7. Satisfação do crédito	722
8.2.5.	Da execução contra a Fazenda Pública. Abrangência	723
	8.2.5.1. Procedimento	724
	8.2.5.2. Embargos à execução contra a Fazenda Pública	727
8.2.6.	Da execução de alimentos	728
8.3.	Dos embargos à execução	730
	8.3.1. Natureza	730
	8.3.2. Procedimento	730
	8.3.3. Limites de cognição	735
	8.3.4. Rejeição liminar dos embargos	738
	8.3.5. Embargos. Efeitos	740
	8.3.6. Embargos – Impugnação	743
8.4.	Da suspensão e extinção do processo de execução	747
	8.4.1. Da suspensão	747
	8.4.2. Da extinção da execução	753
Capítulo 9 – Dos Processos nos Tribunais e dos Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.....		755
9.1.	Da ordem dos processos nos tribunais e dos processos de competência originária dos tribunais	755
	9.1.1. Disposições gerais. Precedentes judiciais no Código de Processo Civil	755
	9.1.2. Ordem. Distribuição	759
	9.1.2.1. Poderes do relator	759
	9.1.2.2. Fato superveniente em segundo grau de jurisdição	763
	9.1.2.3. Publicação de pauta e ordem de julgamento	764
	9.1.2.4. Saneamento recursal	766
	9.1.2.5. Da técnica de julgamento estendido, no caso de julgamento por maioria de votos	766
	9.1.2.6. Acórdão	769
	9.1.3. Do incidente de assunção de competência. Considerações gerais	770
	9.1.3.1. Pressupostos	771
	9.1.3.2. Procedimento	772
	9.1.4. Do incidente de arguição de inconstitucionalidade. Generalidades	773
	9.1.5. Do conflito de competência. Generalidades	775
	9.1.6. Da homologação de decisão estrangeira e da concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória. Considerações	778

9.1.7.	Da ação rescisória. Considerações	780
9.1.7.1.	Competência	781
9.1.7.2.	Cabimento	782
9.1.7.3.	Legitimidade – Partes e terceiros na ação rescisória	791
9.1.7.4.	Petição inicial – Requisitos genéricos e específicos. O depósito prévio...	794
9.1.7.5.	Tutela antecipada.....	796
9.1.7.6.	Procedimento	797
9.1.7.7.	Prazo	799
9.1.7.8.	Decisão parcial de mérito na rescisória.....	800
9.1.7.9.	Ação anulatória. Distinção entre rescisória e anulatória	801
9.1.7.9.1.	Cabimento.....	802
9.1.7.9.2.	Legitimidade.....	804
9.1.7.9.3.	<i>Querela nullitatis</i> . Considerações gerais.....	805
9.1.8.	Do incidente de resolução de demandas repetitivas. Considerações gerais.....	806
9.1.8.1.	Requisitos.....	807
9.1.8.2.	Legitimidade e competência.....	808
9.1.8.3.	Publicidade.....	809
9.1.8.4.	Procedimento	809
9.1.8.5.	Efeitos	811
9.1.8.6.	Revisão e modificação da decisão	811
9.1.9.	Da reclamação. Natureza jurídica	812
9.1.9.1.	Prazo	814
9.1.9.2.	Legitimidade	814
9.1.9.3.	Cabimento	815
9.1.9.4.	Relator.....	817
9.1.9.5.	Julgamento	817
9.2.	Dos recursos	818
9.2.1.	Teoria geral.....	818
9.2.1.1.	Princípios	819
9.2.1.2.	Juízo de admissibilidade.....	820
9.2.1.3.	Efeitos dos recursos. Devolutividade.....	820
9.2.1.3.1.	Efeito suspensivo.....	820
9.2.1.3.2.	Efeito substitutivo	821
9.2.1.3.3.	Efeito translativo	822
9.2.1.3.4.	Efeito expansivo	822
9.2.1.4.	Legitimidade e interesse.....	822
9.2.1.5.	Admissibilidade recursal.....	823
9.2.1.6.	Recurso adesivo.....	824
9.2.1.7.	Desistência do recurso e renúncia ao direito de recorrer	825
9.2.1.8.	Atos recorríveis.....	825
9.2.1.9.	Recurso total ou parcial.....	826
9.2.1.10.	Prazo	826
9.2.1.11.	Litisconsórcio e recurso.....	829
9.2.1.12.	Preparo	829
9.2.2.	Da apelação. Cabimento.....	830
9.2.2.1.	Procedimento	831
9.2.3.	Do agravo de instrumento. Cabimento	836
9.2.3.1.	Procedimento	840
9.2.4.	Do agravo interno. Cabimento	841
9.2.4.1.	Procedimento	841

9.2.5.	Dos embargos de declaração. Cabimento	843
9.2.5.1.	Procedimento	844
9.2.6.	Dos recursos para o STF e para o STJ.....	846
9.2.6.1.	Do recurso ordinário. Cabimento.....	846
9.2.6.1.1.	Procedimento	847
9.2.6.2.	Do recurso extraordinário e do recurso especial. Das disposições gerais	848
9.2.6.2.1.	Procedimento recurso especial	850
9.2.6.2.2.	Procedimento recurso extraordinário.....	856
9.2.6.2.3.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	859
9.2.6.3.	Do agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	862
9.2.6.4.	Embargos de divergência. Cabimento.....	863
9.2.6.4.1.	Procedimento	864
Capítulo 10 – Livro Complementar	867
10.1.	Disposições finais e transitórias.....	867
10.1.1.	Considerações gerais.....	867
10.1.2.	Direito intertemporal.....	868
10.1.2.1.	Regras de direito intertemporal no Código de Processo Civil.....	870
10.1.2.2.	Regras finais.....	870
10.1.3.	Execução contra devedor insolvente.....	871
10.1.4.	Transição do processo eletrônico	874
10.1.5.	Questão prejudicial	874
10.1.6.	Prescrição	874
10.1.7.	Decisão inconstitucional	874
10.1.8.	Depósitos judiciais	875
10.1.9.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	875
10.1.10.	Custas judiciais na Justiça Federal.....	878
10.1.11.	Nulidade da sentença arbitral	878
10.1.12.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	878
10.1.13.	Juizado Especial – Competência no rito sumário	879
10.1.13.1.	Embargos declaratórios no Juizado Especial.....	879
10.1.13.2.	Juizados Especiais Criminais	879
10.1.14.	Código Eleitoral.....	879
10.1.15.	Código Civil.....	879
10.1.16.	Estatísticas	880
10.1.17.	Prazo – Agravo.....	880
10.1.18.	Lei de Registros Públicos.....	880
10.1.19.	Prazos.....	882
10.1.20.	Recursos.....	882
Referências Bibliográficas	883